

LINGUA(GEM): DE SISTEMA PERFEITO A LUGAR DE EQUÍVOCOS

Mizael Inácio do Nascimento¹
Myllena Alves de Jesus²

RESUMO: O presente trabalho visa refletir sobre as perspectivas resultantes das investigações sobre a língua(gem) ocorridas no decorrer do tempo, evidenciando a arduidade com que filósofos e linguistas se esforçaram para compreender esse sistema vivo, mutável, espaço também de equívocos, falhas, incongruências. Dedicamo-nos a pontuar o fascínio por esse estudo, que é primitivo, propagando-se desde a Antiguidade Clássica e se mantendo até os dias atuais. Como estratégia metodológica, abordamos o tema tecendo uma espécie de percurso que deixasse saliente a ideia de que, entre os séculos, a língua foi tomada por vários vieses, ora focalizando um, ora outro, de seus traços constituintes, gerando com isso um variado número de teorias e teóricos que hoje compõem todo o arcabouço conceitual de que o seu estudo científico, a Linguística, lança mão. O recorte realizado se deu não pela falta de mérito das demais correntes, mas simplesmente como uma tática necessária de sintetização e sistematização.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; Linguagem; Estudos Linguísticos

RESUMEN: El presente trabajo busca reflexionar sobre las perspectivas resultantes de las investigaciones sobre la/el lengua(je) realizadas a lo largo del tiempo, evidenciando la arduidad con que los filósofos y lingüistas se esforzaron por comprender ese sistema vivo, mutable, lugar de equívocos, fallos, incongruencias. Nos dedicamos a puntuar la fascinación por ese estudio, que es primitivo, propagándose desde la Antigüedad Clásica y manteniéndose hasta los días actuales. Como estrategia metodológica, abordamos el tema tejiendo una especie de trayectoria que subrayara la idea de que, entre los siglos, se tomó la lengua por varios bieses, ora focalizando uno, ora otro, de sus rasgos constitutivos, generando con ello un variado número de teorías y teóricos que hoy componen todo el marco conceptual de que su estudio científico, la Lingüística, se vale. El recorte realizado se dio no por la falta de mérito de las demás vertientes, sino simplemente como una táctica necesaria de recopilación y sistematización.

PALABRAS-CLAVE: Lengua; Lenguaje; Estudios Lingüísticos

¹ Professor Assistente do Departamento de Letras da UFRPE. Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras/UFPE. E-mail: nmizael@hotmail.com

² Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras/UFPE. E-mail: myllenaalves@hotmail.com

1. Introdução

“Gosto de sentir a minha língua roçar
a língua de Luís de Camões”³

Gostaríamos de começar este trabalho refletindo sobre os sentidos que o fragmento da canção acima nos evoca, isto é, que sentido subjaz em “a língua de Luís de Camões”? Que concepção de língua essa afirmação comporta? A alusão feita ao poeta lusitano indicaria um ideal de língua a ser alcançado por todos? Estaria ela livre do atravessamento da exterioridade? Seria um construto acabado, fechado, heterogêneo, transparente, perfeito? As perguntas formuladas aqui não têm por objetivo encontrar respostas, mas ilustrar que o interesse pelos fatos da língua(gem) é muito antigo e a busca por estabelecer definições sobre esses fatos sempre esteve no centro dessas discussões; além de demonstrar que as diferentes concepções de língua(gem) sempre estão entrelaçadas com uma concepção de mundo, com uma concepção de realidade.

2. Fundamentação teórica

É possível considerar que as investigações sobre a linguagem antecedem o desenvolvimento da Filosofia propriamente dita. Bem antes de adquirir o sentido que hoje carrega, sentido apoiado em ferramentas da filosofia enquanto campo formal, criavam-se mitos e lendas para tentar explicar o porquê da linguagem e de tantas línguas diferentes. Como exemplo disso, temos o famoso mito da Torre de Babel. Contudo, foi por meio dos Sofistas, de Platão e de Aristóteles, que se dedicaram à questão da linguagem, na Grécia antiga, que esses pensamentos se aprofundaram.

Tradicionalmente, os estudos primavam por explorar questões cujas reflexões moviam-se em função da busca de respostas a indagações como: o que é uma palavra, de onde vêm o significado, o sentido, qual a natureza da referência, como se constroem e se estabelecem um conceito, uma ideia, o sujeito linguístico, a representação mental, etc.; ou como afirma Martins (2005), o estabelecimento dos embriões de uma tensão presente até hoje nas questões linguísticas, ou seja, uma tensão entre um *essencialismo* e um *relativismo*, encontra ancoragem nos filósofos gregos. Com base nessa visão polarizada sobre a realidade e a relação linguagem-realidade, três macro-perspectivas foram estabelecidas para os estudos linguísticos desde os filósofos gregos, isto é, o pragmatismo, o realismo e o mentalismo.

Neste sentido, pode-se dizer, portanto, que ao longo da história da Filosofia e da Linguística dois grandes conjuntos de problemas foram estabelecidos: a relação *linguagem-mente/pensamento* (compreendendo as visões realista e mentalista) e a *relação linguagem-comunicação/interação* (compreendendo a visão do pragmatismo). Como consequência, o pensamento filosófico e linguístico foi dominado durante muito tempo pela visão essencialista do mundo e da linguagem em relação ao mundo, convertendo-se no próprio senso comum sobre a natureza da linguagem (MARTINS, op. cit.).

Nesta teia que envolve os fatos da linguagem, Peixoto (2015) afirma que os gregos perscrutaram se a língua era resultado de uma convenção ou representação exata dos objetos. No *Crátilo*, de Platão, vemos essa discussão bem marcada através dos diálogos

³ Fragmento extraído da música “Língua”, de Caetano Veloso (1984).

estabelecidos entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo acerca da origem dos nomes. Enquanto os dois primeiros consentem com a ideia de que os nomes são resultado de uma convenção, este último defende que os nomes só podem ser estabelecidos de acordo com a natureza das coisas a que ele se refere, pois do contrário, qualquer homem poderia identificar cada coisa do universo mediante sua concepção de mundo, mediante os seus desejos, o que causaria instabilidade ao nome. Dietzsch (2007, p. 47) assevera que

durante séculos, desde os pré-socráticos até o renascimento aristotélico, as discussões a respeito da linguagem eram perpassadas pelo questionamento entre natural e convenção. Ser natural significava ter origens em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e por isso invioláveis. Por convencional entendia-se o que resultava do costume e da tradição, advindos de algum acordo tácito, ou de um contrato social, praticado por membros da comunidade.

Em sequência, citando Julia Kristeva (1969), Dietzsch (op. cit.) registra que

Platão tenta conciliar as duas teses postulando que a linguagem é uma criação humana e, neste sentido convencional. Entretanto, ao advir da essência das coisas que representa, torna-se uma obrigação, uma lei para a sociedade. O nome tem então o sentido de lei, costume, uso. Para o filósofo, falar é distinguir-se das coisas exprimindo-as, dando-lhes nomes. Nomear sendo o ato que dá lugar à fala.

Essa discussão reverberou numa ainda maior, a respeito da regularidade (analogias) e irregularidade (anomalia) da língua. No fim, Platão não toma partido por nenhuma das proposições apresentadas e deixa entrever que na língua existem tanto anomalias quanto analogias. Conceito que continua em vigor até hoje, visto que a língua é um sistema vivo composto de regularidades e irregularidades.

Como se pode constatar, na base do interesse das preocupações linguísticas dos gregos, têm-se dois temas polêmicos: o primeiro se refere à fundamentação da linguagem, quer dizer, natureza/convenção; e o segundo diz respeito à oposição entre os defensores da regularidade (analogia) e os partidários da irregularidade (anomalia).

Numa abordagem ontológica, Pereira (2008, p. 1) defende que nessa discussão o que está em jogo não é uma adequação superficial físico-fonética dos nomes às coisas, mas sim “uma tentativa de encontrar um fundamento lógico-ontológico para a linguagem dos homens”. Esse ponto de vista implica pensar a pergunta onto-antropológica sobre o sentido. Dito de outra maneira: instiga-nos a pensar *Como é que o sentido surge? Como é que as coisas surgem na forma do sentido?* Questionamentos que são respondidos, considerando que

a ontologia do sentido é a ontologia das “coisas em nós”, isto é, do ato de inteligência das coisas, em que as coisas se manifestam não no que são independentemente da relação conosco (o que é inapreensível, dado que não há relação), mais precisamente como relação conosco. A inteligência em ato não se refere à apreensão de uma relação lógica e ontologicamente anterior a seu ato, mas é essa mesma relação. E é esta relação que põe, em termos comuns, o sujeito e o objeto. É neste sentido que o *logos* é fundador do *ontos*, mas já como *logos tou ontou*, como sentido, intransitivamente, pois, não há sentido de, mas apenas *isto* como sentido. O sentido é tudo. O *logos* está, pois, sempre, primeiro, mas não apenas num sentido arqueológico passadista, antes num sentido arqueológico em que o princípio acompanha o *ente*, verdadeiramente é o *ente*. A reflexão de Platão no *Crátilo* supõe esta condição metafísica fundamental, fundadora (PEREIRA, op. cit. p. 5-6).

Dessa forma, não seria exagerado afirmar que o diálogo tecido no *Crátilo* representa a gênese das concepções de linguagem presentes na modernidade.

As pesquisas sobre essas questões impulsionaram o progresso da gramática no Ocidente e encontram nos gramáticos romanos o meio para a sua continuação e transmissão. A eles concerniu a parte descritiva da língua, uma vez que o objetivo maior era a manutenção do latim entre as terras conquistadas.

Nos séculos XVII e XVIII, o estudo do latim vai desaparecendo aos poucos, dando lugar à investigação de outras línguas, línguas vivas, como as línguas modernas da Europa, e os estudiosos passam a ter interesse pela comparação e classificação entre elas. Por essa época, crescem os estudos históricos da linguagem. No século XIX esse processo só se intensifica, especialmente, através da comparação entre o sânscrito e outras línguas.

Ao longo do tempo, as línguas continuaram sendo sistematicamente comparadas levando em consideração questões fonéticas, estruturais, lexicais. Todas essas fases foram complementares e contribuíram para o que hoje chamamos de Linguística. Porém, foi a partir dos estudos iniciados por Saussure que as teorias sobre os fatos da linguagem ganharam maior contextura.

Seguindo certa cronologia, Costa Val e Vieira (2005) mencionam que no começo do século XX, Ferdinand de Saussure, considerado o “pai” da Linguística, definiu a língua como “sistema de signos abstrato” (tomando signo como um símbolo verbal, uma forma sonora que representa um significado, um conceito, uma ideia). Saussure propôs várias dicotomias e uma delas foi entre língua e fala (*langue e parole*). Para ele a língua era, ao mesmo tempo, um patrimônio social e um “conhecimento virtual existente no cérebro dos falantes” (SAUSSURE 1977, p. 21), enquanto que a fala seria a manifestação concreta da língua, abrangendo tanto a modalidade falada quanto a escrita.

Seguindo o raciocínio, a partir dos anos 60 do século XX, um novo conceito de língua foi se tornando conhecido. A língua passou a ser vista como um instrumento de comunicação, ou seja, a língua é um código que serve para a transmissão de informações. Por meio da língua, um emissor transmite determinada mensagem a um receptor, mas para que essa comunicação seja eficaz seria necessário que ambos dominassem o código (com todas as suas regras) utilizado de maneira convencional e preestabelecida.

Com o avançar dos anos, ao ser percebido que as teorias supracitadas eram flutuantes, uma vez que não davam conta de explicar a língua em sua totalidade, os estudiosos começaram, cada vez mais, a ver a língua sob novas perspectivas. Uma delas foi a de pensar esse fenômeno como uma atividade mental. Dois dos mais importantes expoentes dessa visão foram Humboldt e Chomsky, sobretudo este último que postulou a noção de língua como um conhecimento interno, inato, adquirido nos primeiros anos da infância, a partir da convivência social. À semelhança de Saussure, Chomsky determinou uma dicotomia entre competência e desempenho, sendo a primeira o conhecimento interno do sujeito e a segunda, o uso que ele faz desse conhecimento em situações concretas. Embora o legado de Chomsky tenha sido de grande importância, sua teoria ainda apresenta lacunas a serem preenchidas, pois o estudioso não contemplava, por exemplo, a dimensão social da linguagem.

Contudo, vale ressaltar que a história do gerativismo passou por diversos momentos que refletiram dentro das denominações que buscavam investigar questões linguísticas, recebendo dessa forma diferentes designações, ou seja, “teoria” ou “modelo”. Dentro do gerativismo, portanto, tem-se no seu início (1965) a teoria/modelo padrão; na década de 1970, recebeu o nome de teoria/modelo padrão estendido; e teoria/modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), mais recentemente.

Outra questão relevante para o desenvolvimento do gerativismo diz respeito à concepção do termo Minimalista. Para o autor, o Minimalismo não se trata de um novo quadro teórico do gerativismo, nem substitui o P&P e muito menos se trata de uma continuação desse modelo. O Minimalismo é, ao contrário, uma nova concepção da Faculdade da Linguagem e da Gramática Universal, e levanta novos questionamentos a partir dos modelos de P&P. O programa Minimalista, logo, deve ser concebido como “um conjunto de orientações motivadas pela ideia intuitiva de se evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceptualmente necessárias dentro da teoria, o que levou os linguistas a submeterem alguns aspectos, construtos e resultados da arquitetura do modelo P&P a uma intensa avaliação crítica” (FERRARI-NETO, 2012, p. 32).

Esse programa surge com base na hipótese de que a Faculdade da Linguagem apresenta um “design ótimo” e atinge um altíssimo grau de eficiência com um “número” mínimo de recursos e operações. Com base nessa concepção da Faculdade da Linguagem, o programa busca responder às seguintes questões: a) Quão bem projetada é a Faculdade da Linguagem? b) Que condições a Faculdade da Linguagem deve satisfazer para atingir essa forma otimizada? c) O quanto a linguagem se aproxima de um projeto assim otimizado? Além disso, o programa surge com o propósito de otimizar o formato de P&P e de “enxugar o poder descritivo do modelo teórico dessa faculdade, definindo um mínimo de operações e excluindo o que não for necessário, objetivando a elaboração de uma teoria que seja simétrica, uniforme, enxuta e econômica, uma vez que a linguagem humana apresenta, por hipótese, essas características” (Op. cit., p. 32).

Dentro do gerativismo, o Programa Minimalista concebe a linguagem, a mente e a cognição como fatores inter-relacionados que servem de base para investigações sobre o desenvolvimento e funcionamento mental e cognitivo dos seres humanos. Nessa abordagem, a Faculdade da Linguagem é um sistema de natureza mental, cognitiva e biológica, responsável por produzir expressões por meio das quais os falantes se comunicam, expressam-se e interagem a partir de um conjunto de intenções definidas conceptualmente. Nesse sentido, pode-se afirmar que o sujeito para essa teoria é consciente, intencional, neutro e idealizado, o que gera ainda hoje críticas a essa perspectiva por algumas correntes linguísticas.

Tais intenções, no escopo dessa teoria, são organizadas por meio dos *sistemas de pensamento*. Entretanto, deve-se considerar que, nesse processo, intervêm aspectos internos e externos e que funcionam numa via de mão dupla, ou seja, ao mesmo tempo em que tais processos são exteriorizados na comunicação e expressão, também os falantes interiorizam os conteúdos no processo de comunicação, expressão e interação. Dessa forma, nas palavras de Ferrari-Neto (2012, p. 34),

“a linguagem também contacta um sistema de produção e um sistema de recepção, ambos de natureza sensorial e/ou motora e perfeitamente adaptados a tarefas comunicativas, expressivas e interacionais – na produção tem-se um sistema vocálico-articulatório, e na compreensão tem-se um sistema de percepção neuro-auditivo”.

Os sistemas externos à linguagem – sistema de pensamento e sistema de produção/compreensão – são denominados no âmbito do gerativismo *sistema de desempenho* ou *sistema de performance*, responsáveis pelo uso efetivo da linguagem nas diferentes situações em que ela é requerida, e são divididos em sistemas C-I (de *conceptual-intencional*), no âmbito dos sistemas de pensamento; e sistemas A-P (de *articulatório-perceptual*), no âmbito do sensorial-motor. A inter-relação entre esses sistemas se dá, na perspectiva minimalista, quando a Faculdade da Linguagem tem de

associar um conteúdo comunicativo-intencional produzido no sistema C-I a um conteúdo fônico produzido no sistema A-P, gerando expressões por meio dos *níveis de interface*: a) o nível de interface com o sistema A-P é o nível de representação da Forma Fonética; b) o nível de interface com o sistema C-I é o nível de representação da Forma Lógica. São os níveis de interface que possibilitam na Faculdade da Linguagem associar um conteúdo mental a uma porção sonora.

Além dos níveis de interface, a Faculdade da Linguagem dispõe de um sistema computacional linguístico à hora de produzir essas representações. Tal sistema é constituído de “um conjunto de operações que atuam recursivamente sobre um conjunto de unidades atômicas com propriedades especificadas” (op. cit., p. 35). Dentre as operações desse sistema computacional, o autor destaca os de ordem da concatenação, movimento, cópia, concordância ou checagem e seleção.

Com base nas pressões que as interfaces exercem sobre a linguagem, a Faculdade da Linguagem tem de atender os requisitos impostos por elas ao gerar representações, as quais devem satisfazer as condições de legibilidade, condições de economia e princípio da interpretação plena, responsáveis por garantir à Faculdade da Linguagem uma perfeita integração com os sistemas externos por meio dos quais a linguagem se efetiva e é posta em uso.

Nesse sentido, são necessárias algumas condições – Condições de Legibilidade, Condições de Economia e Princípios da Interpretação Plena – para que as expressões geradas pela Faculdade da Linguagem sejam legíveis. As condições de legibilidade são condições impostas pela necessidade de outros sistemas da mente/cérebro de usos das representações fornecidas pela Faculdade da Linguagem, ou seja, trata-se da necessidade de sistemas articulatórios e perceptivos de explicar as representações da Faculdade da Linguagem; e do sistema conceptual de explorar a Faculdade da Linguagem. As condições de economia são responsáveis por estabelecer o mínimo necessário para a derivação de uma sentença, já que o procedimento gerativo computacional exige recursos de memória de curto prazo. Por fim, o princípio da inteligibilidade plena apresenta-se como uma propriedade de traços do léxico, que podem ou não ser interpretáveis nas interfaces fonética e semântica, ou seja, de acordo com esse princípio, só pode chegar aos níveis de interface a informação possível de ser lida pelos sistemas que interagem com a língua nesses níveis.

O conhecimento de uma língua, no escopo dessa teoria, portanto, implica a capacidade implícita de compreender um número indefinido de frases, posição que justifica a visão segundo a qual a gramática gerativa consiste num sistema de regras que podem gerar um número indefinidamente grande de estruturas. Na base da análise desse sistema de regras, encontram-se as componentes sintáticas, fonológica e semântica, conforme Chomsky (1978).

Assim, paulatinamente, a consciência de que fatores contextuais, intenção do falante, variação linguística, entre outros, eram de extrema importância para a compreensão até mesmo de enunciados considerados simples, pondo em evidência a fragilidade das teorias até então conservadas, uma nova e inusitada tendência foi concebida. A língua começou a ser vista como uma atividade social, uma forma de ação, um espaço de interação, onde os sujeitos realizariam suas ações e trocas intersubjetivas. A ideia era a de que a “língua nasce na interação e se estrutura para a interação entre os falantes” (COSTA VAL e VIEIRA, op. cit., p. 34).

Nessa concepção, segundo Koch (2009, p.13), o texto passa a ser visto como o próprio lugar da interação e os interlocutores “sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos”. Posição compartilhada por Antunes (2003) para quem a

interação implica em uma relação de cooperação entre duas ou mais pessoas, o que significa dizer que, numa inter(ação) (“ação entre”) o que um faz depende daquilo que o outro faz, pois interação requer parceria, cumplicidade, para que aconteça o encontro de ideias, informações, intenções pretendidas, sentimentos ou crenças que se quer partilhar com alguém.

Essa perspectiva, segundo Koch (2009, op. cit.), surgiu nas décadas de 70, 80, pois as primeiras pesquisas sobre o texto, que datam de épocas anteriores, baseavam-se em descrições de fenômenos sintáticos e semânticos denominadas de análises transfrásticas, que consideravam apenas o cotexto, partindo da frase para o texto. Felizmente, com a “virada pragmática” e a “virada cognitiva” o texto deixou de ser percebido como uma sequência de frases, um produto acabado e passou a ser visto como uma atividade complexa, um “instrumento de realização de intenções comunicativas e sociais do falante”, resultado de processos cognitivos e sociointeracionais.

Na esteira evolutiva dos estudos da linguagem, a “virada linguística” na filosofia apresenta um rechaço à visão de que a mente é algo interno, isolado do mundo, privado, cujas correntes de estudos formalistas da linguagem seguem Saussure e Frege, por exemplo. Com isso, postula-se a linguagem como resultado de culturas, da interação social e com o mundo, determinada sócio-historicamente. Sapir e Lee Whorf representam o extremo dessa linha. Seguindo essa mesma trilha, Austin, Searle e Wittgenstein – no que ficou conhecido como a “virada pragmática” – postulam que linguagem é ação, constituidora do significado da experiência humana.

Avançando além do texto, como na Linguística, os filósofos preocupados com questões de linguagem, como Foucault, entram no campo do discursivo, ampliando ainda mais a visão sobre a linguagem. A linguagem, então, é vista como ação e ideologia, como formas de agir sobre o outro, especificamente, no jogo de poder e interações em que estamos todos linguisticamente envolvidos e discursivamente formados. Por esse viés, há de se destacar também a abordagem proposta por Fairclough (2001) que destaca a perspectiva dialética na relação discurso-estrutura social baseada no conceito de hegemonia, o que o leva a defender o discurso como modo de prática política e ideológica, dado que é a partir dele que se estabelecem, se mantêm e se transformam as relações de poder, as entidades coletivas e os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

Hoje, todos esses caminhos ainda são explorados, apenas de maneiras diferentes, isto é, os campos na Linguística se expandem, tentando evitar polarizações, mas buscando um percurso diferente, equilibrado, em que seja possível perceber a linguagem e o discurso como construtos mentais, porém construídos socialmente. Uma linguística sociocognitiva interacionista tenta unir assim os dois campos mais abrangentes da filosofia da linguagem.

O estatuto do sujeito – silenciado nos postulados saussurianos e idealizado nos estudos chomskyanos – passa a ocupar um lugar de destaque nas teorias enunciativas em suas diversas versões, das quais podemos destacar os postulados de Benveniste, Ducrot, Jakobson e Bakhtin, além das abordagens que se alinham à filosofia da linguagem, à pragmática e à análise do discurso. Na linguística da enunciação, o sujeito ocupa um lugar de destaque: ele é o centro de reflexão nos estudos da linguagem, “voltando-se para o irrepetível (não-um), pois, na enunciação, a língua é usada em condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu-tu) sempre singulares” (TEIXEIRA; FLORES, 2011, p. 414).

Essa mudança de perspectiva do lugar do sujeito nos estudos da linguagem e os usos que ele faz dela impulsionam o estudo da subjetividade na linguagem, na qual são

instituídos o locutor (eu) e o seu interlocutor (tu). Como fenômeno social, opondo-se à visão individualista, a enunciação se estabelece na relação entre sujeito e sociedade. Nessa relação dialógica, o sentido da palavra é constituído tanto pelo locutor quanto pelo interlocutor.

Nessas duas formas de conceber a enunciação, destacam-se os pensamentos de Benveniste (1989) e Bakhtin (1981). Enquanto Benveniste defende um caminho enunciativo para a significação que passe pela consideração do ato de enunciação como ato individual em que o sujeito se apropria da língua e a põe em funcionamento, Bakhtin caminha pelas teorias intersubjetivas da linguagem que estabelecem as relações entre os participantes da interação, fazendo emergir o *outro* na linguagem.

Benveniste propõe passar-se, assim, "da noção não questionada do sujeito falante à noção explicitamente problemática de sujeito da enunciação", em que enunciação é compreendida como "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 1989, p. 82). E acrescenta: "Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno" (op. cit, p. 83-4).

O caráter individual atribuído por Benveniste pressupõe que o falante determina o sentido do enunciado, já que o social não intervém na apropriação da língua. Assim, "o locutor se apropria das formas da língua, definindo-se como *eu* e, ao mesmo tempo, instituindo seu interlocutor como *tu*. O sujeito, neste sentido, é concebido como fonte do dizer, como origem do sentido e implanta o outro diante de si" (GIACOMELLI, 2014, p. 3).

É com base nesse ponto de vista que Bakhtin centra suas críticas a Benveniste, haja vista que em sua abordagem reside o caráter social da língua, ligada às estruturas sociais e atravessada pelo ideológico. Dessa forma, o autor russo se opõe ao subjetivismo idealista benvenistiano, já que as diferentes vozes sociais e ideológicas passam a ocupar o papel central até então atribuído ao sujeito. Dito de outra forma: o *eu* e o *outro* passam a ser determinantes na construção do sentido. Como observa Giacomelli (op. cit., p. 6),

Para Bakhtin, a verdadeira substância da língua está na interação verbal através da enunciação, no diálogo. Toda palavra só pode ser compreendida totalmente se considerada pela dupla determinação: ser produzida por alguém e destinada a alguém, uma vez que o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e condição do sentido, entendido como interação entre locutor e alocutário.

Nessa abordagem, a alteridade é constitutiva do sujeito, já que na fala de um sempre há a fala de outro. Contudo, à diferença de Benveniste, o *eu* – nesse sentido dialógico – pode comportar muitas outras vozes que representam diferentes posições sociais e ideológicas e que podem determinar o sentido de um enunciado. "O dialogismo é, por isso, uma condição constitutiva do sentido" (BRANDÃO, 1994, p. 43).

As teorias discursivas se alinham às teorias enunciativas de várias formas – por considerar que não só a comunicação, mas a significação do mundo se dá na interação; que os sujeitos se posicionam como tal quando participam da interação comunicativa; que a língua não é transparente; que a língua adquire estatuto de enunciado na fala individual; que a compreensão do enunciado depende de vários fatores (linguísticos e extralinguísticos), inclusive entendimento do contexto imediato e sócio-histórico; que os enunciados fazem parte de uma cadeia de enunciados.

Porém, enquanto a reflexão sobre a enunciação/enunciado gira em torno de essenciais linguísticos (natureza da língua, dos sujeitos falantes, dos atos de fala), as

teorias discursivas vão deixar em segundo plano as questões estritamente linguísticas para se preocupar mais com as relações que se estabelecem através da utilização da língua em sociedades histórica e politicamente constringidas. Assim, as teorias discursivas partem de uma teoria da enunciação para tratar de temas ideológicos, relações de poder, interdiscurso, posições de sujeito, dentre outros, qualificados como temas discursivos (não linguísticos).

Possenti (2005) explica como se dá essa relação entre as teorias enunciativas e discursivas:

Por um lado, a tomada em consideração da enunciação de certa forma obrigou a ver as línguas de outra forma, em especial no que se refere à subjetividade. Mas, por outro, as abordagens discursivas do tema são tanto uma ruptura em relação a suas concepções simplesmente linguísticas, obrigando a situar mesmo as “marcas” em domínios do imaginário, além de fazer ver, no fio do discurso, as “manobras” a que a enunciação obriga (chamando atenção para o real da língua) (POSSENTI, 2005, p. 378).

Pelo viés discursivo, o social e o histórico são indissociáveis, conduzindo a concepção de que a língua está atrelada à exterioridade e deve ser concebida como uma materialidade cujos sentidos são produzidos na relação do sujeito com o ideológico e o histórico. Essa visão corrobora que as línguas são heterogêneas, não são sistemas perfeitos, prontos e acabados e cujas reflexões sobre sua heterogeneidade só são possíveis quando se levam em consideração que seus aspectos formais são atravessados por questões subjetivas e sociais.

Essa posição encontra ancoragem na Análise de Discurso pecheuxtiana (doravante AD), segundo a qual o discurso se materializa por meio da língua, que deve ser entendida como

[...] aquela da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 17).

A língua, neste sentido, comporta falhas, é o lugar do equívoco, apresenta brechas por onde os sentidos transbordam, espelhando o pensamento pecheuxtiano de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2012, p. 53).

Parece-nos importante distinguir, dessa forma, a concepção de língua subjacente nas abordagens linguística e discursiva. Para tanto, recorreremos mais uma vez às considerações de Leandro Ferreira (1999) para quem

a língua – enquanto sistema – só conhece sua ordem própria, o que vai impedir-lhe de considerar os deslizamentos, lapsos, mal-entendidos como parte integrante da atividade de linguagem. Já o discursivista, como se sabe, acatando a lição de Pêcheux, incorpora tais desvios “problemáticos” como fatos estruturais incontornáveis e próprios à língua (LEANDRO FERREIRA, 1999, p. 124-125).

Influenciado pela teoria psicanalítica de Freud e Lacan, Pêcheux passa a abordar a língua numa perspectiva diferente, segundo a qual há um ponto em que língua e

inconsciente se tocam, ou seja, a língua é abordada como *lalangue* (*lalíngua/alíngua*⁴), concepção que vai possibilitar reconhecer que o real é constitutivo da materialidade linguística e que a língua está sujeita ao equívoco, cuja existência passa a perturbar o fantasma da “ciência régia” que busca negar a sua existência. O reconhecimento do real próprio da língua suplanta a concepção de língua como “base invariável” dos processos discursivos, defendida nos trabalhos anteriores, além de demonstrar que não há possibilidade de separar o simbólico do papel do equívoco, da elipse, da falta. Na teoria do discurso, uma língua afetada pelo real significa que algo sempre escapa à univocidade, que o não-todo habita a ordem da língua e o equívoco é tratado como um “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 51), que afeta a regularidade do sistema da língua. E para não cairmos num amolecimento teórico, sugere Pêcheux, são necessários procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) que deem conta desse fato linguístico do equívoco, e capazes de neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”.

A língua para a AD, portanto, é marcada pela incompletude, heterogeneidade, cujos sentidos se produzem a partir da relação do sujeito com o ideológico e o histórico. A imagem de um caleidoscópio pode refletir essa imperfeita ferramenta com suas brechas e espaços, que se relaciona com a exterioridade e comporta o impossível de tudo dizer. A língua da AD é essa “capaz de acolher o que antes estava apenas em suas margens; uma língua capaz de relações, preche de possibilidades de dizer, mas, ao mesmo tempo, incompleta, pois comporta também o impossível” (DE NARDI, 2008, p. 70). E se aceitamos olhar a língua pelas lentes de um caleidoscópio, veremos nesse estranho espelho da AD o lugar da resistência, do impossível e do histórico.

3. Considerações finais

Mediante esta retomada, que visou contemplar as principais correntes linguísticas, desde a Antiguidade Clássica até os mais recentes recortes epistemológicos, desejamos ter conseguido demonstrar que os estudos da língua(gem) humana sempre foram motivos de fascinação. Que essa é uma preocupação primitiva e que, nesse percurso, um longo caminho foi percorrido, no qual a língua foi tomada por vários vieses, construindo todo o arcabouço teórico de que o seu estudo científico, a Linguística, hoje, lança mão. É importante ressaltar que o surgimento das diversas formas de se pensar a língua não promove rupturas entre teorias ditas “velhas” com as “novas”, pelo contrário, para cada

⁴ Termo advindo da Psicanálise, a *lalangue* representa “aquilo pelo qual, de um único e mesmo movimento existe língua (ou seres qualificáveis de falantes, o que dá no mesmo) e existe inconsciente”. Ou seja, é a condição para a existência da língua e do inconsciente; ela, como a língua, comporta o impossível: “impossível de dizer, impossível de não dizer de certa maneira” (MILNER, 1987, p. 17-18).

Importa salientar que encontramos em português as formas *lalíngua* e *alíngua* como traduções possíveis para o neologismo *lalangue*, criado por Lacan. “Entretanto, tais formas não são unanimidades entre os tradutores, que preferem usar o termo em francês, já que o consideram intraduzível por está associado à lalação do bebê. Para Haroldo de Campos, tradutor-inventor desse significante lacaniano, o prefixo “a”, em português, tem um sentido privativo que o distancia do artigo feminino francês *La* escolhido por Lacan. Assim sendo, a opção por ‘alíngua’ poderia vir a significar o oposto do que se pretende com *lalangue*. Em vez de um destaque, de uma ênfase nas ressonâncias com ‘lalia’, ‘lalação’ e de uma evocação de tudo o que nos afeta quanto a um fluxo polifônico das palavras, poderíamos incorrer no erro de conceber *lalangue* como uma ausência de linguagem (Campos, Haroldo de, ‘O afreudisíaco Lacan na galáxia de lalíngua – Freud, Lacan e a escritura’)”. Essas informações foram publicadas pelo Grupo de Estudo de Arte, Filosofia e Psicanálise e se encontram disponíveis em <http://psicanalyselacanianana.blogspot.com.br/2009/02/lalanguaou-alingua-pequeno-percurso.html>. Neste trabalho, optamos por *alíngua* por ser a forma que aparece nos títulos com os quais trabalhamos.

concepção construída existe uma visão de mundo, uma realidade que subjaz, portanto, que as teorias se completam, não se anulam.

Nesse sentido, para entender os estudos linguísticos é crucial incorporar, de antemão, a ideia de que língua não é apenas código, que língua sem falante, sem cultura, sem identidade não é língua. A língua é um sistema vivo, que ora é analisada por um, ora outro de seus aspectos constituintes.

Por fim, faz-se relevante esclarecer que o avanço das investigações no campo da linguística não compreende, apenas, as correntes de estudo supracitadas. A escolha se deu, não pela falta de mérito das demais teorias, mas simplesmente como uma estratégia necessária de sintetização.

Referências

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2 ed. São Paulo: HUCIT, 1981.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____ BRAIT, B (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRANDÃO, H. H. N. **Polifonia e estratégias de monofonização**. Estudos Linguísticos XXIII, Anais de seminários do GEL, vol. I, São Paulo, 1994.
- COSTA VAL, M. da G.; VIEIRA, M. L. **Língua, texto e interação: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
- DE NARDI, F. S. Marcas de identidade. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 4 - n. 1 - 61-78 - jan./jun. 2008.
- DIETZSCH, M. J. M. **Crátulo e a origem dos nomes**. Revista Internacional d'Humanitats 12. Universidade Autònoma de Barcelona. 2007, 14 p. Disponível em <<http://www.hottopos.com/rih12/maryj.pdf>>
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
- FERRARI-NETO, José. O Minimalismo: conceitos-chave. In: FERRARI-NETO, José & SILVA, Cláudia Roberta Tavares (orgs.). **Programa Minimalista em foco: princípios e debates**. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- GIACOMELLI, K. **A enunciação em Benveniste e Bakhtin: exclusões saussureanas**. Santa Maria-RS, 2014. Disponível em <http://linguagemfontedecultura.blogspot.com.br/2014/03/a-enunciacao-em-benvenistee-bakhtin.html>.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed – São Paulo: Contexto, 2009.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. O quadro atual da Análise do Discurso no Brasil. In: _____ INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- _____. **Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua**. Linguagem e Ensino, Universidade Católica de Pelotas, v. 2, n. 1, jan. 1999.
- MARTINS, H. **Três caminhos na filosofia da linguagem**. In: _____ MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 3 – fundamentos epistemológicos**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PEIXOTO, M. da S. **A linguística antes de Ferdinand de Saussure** – uma retomada histórica. Dourados-MS, Brasil, 2015, 12 p. Disponível em <<http://www.cepad.net.br/linguisticaelinguagem/EDICOES/09/Arquivos/07.pdf>>
- PEREIRA, A. **Da filosofia da linguagem no Crátilo de Platão**. Covilhã: LusoSofia, 2008.
- POSSENTI, S. **Teoria do discurso**: um caso de múltiplas rupturas. In: _____ MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 3** – fundamentos epistemológicos. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- TEIXEIRA, M.; FLORES, V. **Linguística da Enunciação**: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011. [www.revel.inf.br].